

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A marcação de acordo com o gabarito valerá **pontuação positiva**. A marcação em desacordo com o gabarito valerá **pontuação negativa**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 14.

A atuação do Conselho Regional de Farmácia do Distrito Federal envolve não apenas a fiscalização do exercício profissional, mas também a produção contínua de atos administrativos, pareceres técnicos, comunicações oficiais e documentos normativos destinados a profissionais, instituições e à sociedade em geral. Nesse contexto, a linguagem escrita assume papel central, pois é por meio dela que se materializam decisões, orientações e informações de interesse público.

A clareza textual, a correção gramatical e a precisão vocabular são requisitos indispensáveis para a segurança jurídica e para a transparência administrativa. Textos mal redigidos, ambíguos ou em desacordo com a norma-padrão podem gerar interpretações equivocadas, comprometer a eficácia dos atos administrativos e fragilizar a credibilidade institucional do Conselho. Assim, o domínio da língua portuguesa não se restringe a uma exigência formal, mas configura instrumento essencial de trabalho do servidor público.

Além disso, a comunicação institucional deve observar princípios como impessoalidade, objetividade e padronização, especialmente em ambientes digitais, nos quais a informação circula com rapidez e amplo alcance. Dessa forma, espera-se que o servidor do CRF-DF seja capaz de interpretar textos oficiais, redigir documentos administrativos adequados ao contexto e reconhecer os efeitos de sentido produzidos por escolhas linguísticas, sintáticas e semânticas.

BRASIL. Manual de Redação da Presidência da República. Brasília, 2018 (com adaptações).

Quanto aos sentidos explícitos e implícitos do texto, à finalidade comunicativa e à tipologia textual predominante, julgue os itens a seguir.

- 1 O texto apresenta tipologia predominantemente expositiva, com finalidade informativa e institucional.
- 2 O texto defende a ideia de que o domínio da língua portuguesa é apenas uma exigência formal no serviço público.
- 3 É possível inferir que falhas linguísticas podem comprometer a segurança jurídica dos atos administrativos.

Julgue os itens seguintes, acerca do valor semântico de palavras e expressões no contexto do texto.

- 4 No trecho “Nesse contexto, a linguagem escrita assume papel central, pois é por meio dela que se materializam decisões, orientações e informações de interesse público” o termo “materializam” é empregado no sentido conotativo.

- 5 Em “A clareza textual, a correção gramatical e a precisão vocabular são requisitos indispensáveis para a segurança jurídica e para a transparência administrativa”, a expressão “segurança jurídica”, extrapola o campo exclusivamente linguístico.
- 6 No trecho “Além disso”, o fragmento funciona como conector responsável pela progressão argumentativa do texto.

Acerca dos mecanismos de coesão e dos aspectos sintáticos, julgue os itens a seguir.

- 7 O pronome “dela”, em “é por meio dela que se materializam decisões”, retoma o termo “linguagem escrita”.
- 8 O período “Textos mal redigidos, ambíguos ou em desacordo com a norma-padrão podem gerar interpretações equivocadas” apresenta sujeito simples.
- 9 No trecho “Dessa forma, espera-se que o servidor do CRF-DF seja capaz de interpretar textos oficiais, redigir documentos administrativos adequados ao contexto e reconhecer os efeitos de sentido produzidos por escolhas linguísticas, sintáticas e semânticas”, a forma verbal “espera-se” está empregado na voz passiva sintética.

Acerca da norma-padrão da língua portuguesa, julgue os itens seguintes.

- 10 Em “Nesse contexto, a linguagem escrita assume papel central, pois é por meio dela que se materializam decisões, orientações e informações de interesse público”, a concordância verbal está correta.
- 11 Em “destinados a profissionais, instituições e à sociedade em geral”, o emprego da crase é obrigatório.
- 12 A retirada da vírgula em “Nesse contexto, a linguagem escrita assume papel central” provocaria erro gramatical.
- 13 Em “o domínio da língua portuguesa não se restringe a uma exigência formal, mas configura instrumento essencial de trabalho do servidor público”, sendo reescrita **O domínio da língua portuguesa configura-se como instrumento essencial de trabalho do servidor público**, preserva sentido e correção.
- 14 O texto apresenta inadequação linguística para o contexto da comunicação institucional.

Uma repartição pública estabeleceu uma meta de digitalizar, em 10 dias, o máximo de processos que fosse possível, de forma progressiva. Sabe-se que, no 1º dia, foram digitalizados 44 processos; no 5º dia, 60 processos; e no 8º dia, 72 processos, e assim por diante até 10º dia, mantendo-se esse mesmo padrão de crescimento diário até o 10º dia.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 15 A razão da progressão aritmética da situação hipotética é igual a 4.
- 16 No final do 10º dia, foram digitalizados menos de 550 processos.

Acerca de probabilidade e de regra de três composta, julgue os itens seguintes.

- 17 Suponha-se que um servidor de dados tenha dois sistemas de *backup* que operam de forma independente. Suponha-se, ainda, que a probabilidade de o primeiro apresentar falha seja de 5% e que a probabilidade de o segundo apresentar falha seja de 10%. Nesse caso, é correto afirmar que, a probabilidade de que ambos os sistemas falhem simultaneamente será de 1,5%.
- 18 Considere-se que, em um lote de 100 relatórios de auditoria, a probabilidade de que um relatório contenha erros graves seja de 5%. Nessa situação, é correto afirmar que, se um auditor selecionar desse lote, ao acaso e sem reposição, 2 relatórios para revisão, a probabilidade de que pelo menos um deles contenha erro grave é inferior a 10%.
- 19 Considere-se que uma equipe composta de 6 analistas, todos trabalhando com a mesma eficiência, conseguiu auditar 120 processos em exatos 5 dias, com uma jornada de 8 horas de trabalho por dia. Nesse caso, é correto afirmar que, mantendo-se a taxa de produtividade por analista, em 3 dias, 4 analistas trabalhando 10 horas por dia auditarão mais que 80 processos.

A respeito dos conjuntos $A = \{1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8\}$, $B = \{2, 4, 6, 8\}$ e $C = \{2, 3, 5, 7\}$, julgue os itens a seguir.

- 20 $B \cup C \subseteq A$.
- 21 O conjunto resultante da operação $B \cup C - A$ tem exatamente 5 elementos.

Acerca de matemática financeira, julgue os itens seguintes.

- 22 Suponha-se que uma empresa tenha contraído uma dívida que deverá ser quitada em uma única parcela de R\$ 14.000, daqui a exatos 2 meses. Considere-se, ainda, que o credor tenha aceitado quitar a dívida hoje, desde que seja aplicada uma taxa de juros compostos de 10% ao mês. Nesse caso, é correto afirmar que o valor que a empresa deverá desembolsar para quitar a dívida hoje é maior que R\$ 12.000.
- 23 O valor de R\$ 18.000 investido em uma aplicação que rende 0,9% ao mês renderá mais que R\$ 3.600 ao decorrer de 2 anos, considerando $1,009^6 = 1,055$.

O lucro mensal $L(x)$, em milhares de reais, de uma indústria farmacêutica com a produção de determinado medicamento é modelado pela função $L(x) = -x^2 + 10x - 16$, em que x representa a quantidade de lotes produzidos.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item a seguir.

- 24 O lucro máximo obtido com a venda desse medicamento é igual a R\$ 9.000.



RASCUNHO

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Acerca do Windows 10, dos conceitos de *hardware* e de *software*, de editores de texto e do Microsoft Teams, julgue os itens a seguir.

- 25 O Windows 10 permite a criação de múltiplas áreas de trabalho virtuais, que podem ser utilizadas para organizar janelas abertas por diferentes tarefas.
- 26 O *firewall* é um dispositivo que pode ser tanto um *hardware* quanto um *software*.
- 27 No Windows 10, ao excluir um arquivo utilizando o menu de contexto, ele é permanentemente apagado, sem passar pela Lixeira.
- 28 No Word e no Google Docs, a edição simultânea pode ocorrer mesmo quando usuários acessam o documento por dispositivos e por sistemas operacionais distintos.
- 29 O Microsoft Teams armazena arquivos compartilhados em canais exclusivamente na máquina local do usuário que realizou o *upload*.

Acerca de redes de computadores, antivírus e computação em nuvem, julgue os itens a seguir.

- 30 O acesso a uma intranet exige, obrigatoriamente, o uso de roteadores, ao passo que o acesso à Internet somente ocorre a partir de servidores internos da própria organização.
- 31 Para que computadores formem uma rede, é indispensável que todos estejam conectados fisicamente por cabos.
- 32 Um antivírus pode impedir a execução de um arquivo sem necessariamente removê-lo do sistema.
- 33 Todo *malware* que executa código automaticamente sem intervenção do usuário é classificado como vírus.
- 34 Aplicações em nuvem costumam ser cobradas de acordo com o uso realizado, e não pela compra definitiva de licenças ou de equipamentos.

O farmacêutico de plantão é um profissional da saúde essencial, atuando tanto em farmácias comunitárias 24 horas quanto no ambiente hospitalar, garantindo a segurança e a eficácia do uso de medicamentos a qualquer hora do dia ou da noite. Sua presença é uma exigência legal (Lei nº 13.021/2014) para garantir que a população tenha acesso à orientação farmacêutica especializada, evitando automedicação insegura e erros de dosagem. Considerando essa informação, julgue os itens a seguir, a respeito da Lei nº 13.021/2014, que trata do exercício e da fiscalização das atividades farmacêuticas.

- 35 A Lei estabelece que a farmácia é uma unidade de prestação de serviços de interesse público e privado, destinada a prestar assistência farmacêutica, assistência à saúde e orientação sanitária individual e coletiva.

- 36 O proprietário da farmácia pode desautorizar o farmacêutico de tomar decisões técnico-científicas, pois, como proprietário, ele também deve possuir certificação superior como farmacêutico.

- 37 Para o funcionamento das farmácias de qualquer natureza, a Lei torna facultativa a presença de um farmacêutico durante todo o horário de funcionamento, desde que o estabelecimento possua um técnico em farmácia devidamente registrado.

Casos de intoxicação por metanol associados ao consumo de bebidas adulteradas vêm sendo amplamente noticiados no país, com registros de internações e mortes em diferentes estados. A situação reacende o alerta sobre os riscos do consumo de produtos sem procedência e a necessidade de fortalecer a vigilância e o controle da comercialização de bebidas alcoólicas no Brasil.

Internet: <agencia.fiocruz.br> (com adaptações).

Com base na Lei nº 8.918/1994 (Lei de Bebidas), no Decreto nº 6.871/2009, nas normas sanitárias vigentes e nas informações apresentadas no texto, julgue os itens a seguir.

- 38 Para a instalação e o funcionamento de qualquer estabelecimento produtor ou padronizador de bebidas alcoólicas, é obrigatório o registro do estabelecimento e do produto junto ao Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA).
- 39 É permitida a comercialização direta ao consumidor final de álcool etílico hidratado em concentrações superiores a 54° GL (54% v/v) na forma líquida, desde que a embalagem não exceda o volume de 1 litro.
- 40 Considera-se “bebida alcoólica” o produto destinado ao consumo humano que contenha graduação alcoólica igual ou superior a 0,5% em volume (0,5% v/v) a 20 °C.



RASCUNHO

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

A necessária colisão de valores e de princípios, inerentes ao desenvolvimento de uma sociedade, mostra que o julgamento adequado da correção de uma conduta é uma atividade complexa para todos os que lidam com a atividade administrativa. As regras deontológicas de atuação profissional e os princípios que regem a atuação dos agentes públicos, expressos na Constituição Federal de 1988, lançam as luzes para o desenvolvimento de institutos e para a decisão correta acerca do comportamento de elevada probidade e largo compromisso ético. A partir dessa informação, julgue os itens a seguir.

- 41 Causar espera injustificada na prestação de serviços públicos viola a ética pública e produz grave dano moral aos usuários dos serviços públicos.
- 42 Exigir providências de seus superiores quando se está diante de irregularidades é compromisso ético do servidor público.
- 43 Os princípios constitucionais da Administração Pública orientam a atuação de órgãos da Administração Direta e de entidades de natureza pública do aparato estatal, já que não se pode utilizar o mesmo padrão ético para exigir comportamento de entidades privadas, ainda que pertençam, legalmente, à Administração Pública.
- 44 O princípio constitucional da moralidade afasta o instituto jurídico da prescrição, em relação a ilícitos praticados por agentes públicos no exercício de suas funções.
- 45 O princípio da supremacia do interesse público ampara a intervenção estatal na propriedade, até mesmo para suprimi-la.
- 46 A máxima de que o rei não erra (do inglês, *the king can do no wrong*) simboliza uma fase anterior da responsabilidade estatal, já que o ordenamento jurídico assegura que o Estado responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, independentemente de culpa.

Os requisitos para configurar ilícitos de improbidade administrativa na Lei nº 8.429/1992 são essenciais para distinguir condutas ilícitas de meras falhas administrativas e para assegurar responsabilidade efetiva de agentes públicos. Acerca dessa informação, julgue os itens seguintes.

- 47 Consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas culposas e dolosas tipificadas em Lei.
- 48 As sanções estabelecidas na Lei de Improbidade Administrativa independem do ressarcimento integral do dano patrimonial, que será exigido ainda que a conduta tenha sido culposa.
- 49 O ato de improbidade que causa lesão ao erário exige ato doloso com finalidade ilícita e a perda patrimonial efetiva.

- 50 Os atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública se caracterizam por serem tipos abertos de ilícitos, já que a legislação deixa claro que o rol é meramente exemplificativo.
- 51 Os atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública exigem lesividade relevante ao bem jurídico tutelado, não sendo exigida a demonstração de dano ao erário ou de enriquecimento ilícito do agente público.

Um servidor público federal protocolou um requerimento de licença para tratar de interesses particulares, com a documentação suficiente, ao ser ver, para que o requerimento seja deferido. Porém, o chefe da unidade responsável encerrou o processo sem dar andamento, por negligência. 60 dias após perceber o erro, o chefe reabriu o processo e indeferiu o pedido por ausência de documentos suficientes à análise, encerrando o processo sem notificar o interessado.

Com base nessa situação hipotética e nas normas da Lei do Processo Administrativo, Lei nº 9.784/1999, julgue os itens a seguir.

- 52 O chefe da unidade violou o seu dever de boa-fé e de atuação conforme o interesse público, pois deveria ter solicitado ao servidor complementar a documentação dos autos, antes de decidir acerca do requerimento.
- 53 O servidor público deverá contratar um advogado para recorrer administrativamente da decisão de indeferimento.
- 54 O princípio da autotutela é inaplicável ao caso.
- 55 A intimação do servidor para ciência de decisão ou para a efetivação de diligências deveria ter observado uma antecedência mínima de três dias úteis quanto à data de comparecimento.
- 56 É de dez dias o prazo para interposição do recurso administrativo contra a decisão de indeferimento, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida, podendo o recurso tramitar por até três instâncias administrativas.

O grau de sigilo na Lei de Acesso à Informação (LAI) equilibra a transparência pública com a proteção da segurança do Estado e de terceiros. Conhecer os critérios, prazos e procedimentos de classificação, reclassificação e desclassificação é essencial para garantir controle democrático, impedir restrições indevidas e assegurar que informações relevantes ao exercício de direitos e ao controle social permaneçam acessíveis. Acerca dessas informações, julgue os itens seguintes.

- 57 Os graus de sigilo admitidos pela LAI são ultrassecreto, secreto, reservado e o moderado.

- 58** As informações que puderem colocar em risco a segurança do chefe de Estado, de seus filhos e até mesmo de seu cônjuge serão classificadas como reservadas e ficarão sob sigilo até o término do mandato.
- 59** Os prazos regulares máximos de restrição de acesso à informação estabelecidos pela LAI são no grau de ultrassecreto de 50 anos e no grau de secreto de 25 anos.
- 60** A LAI estabelece categoricamente que após transcorrido o prazo de classificação, a informação tornar-se-á, automaticamente, de acesso público.

Acerca das regras de transparência ativa estabelecidas pelo Decreto nº 7.724/2012, que regulamenta a Lei de Acesso à Informação Lei nº 12.527/2011, julgue os itens a seguir.

- 61** Em relação às compras dos órgãos e entidades, devem ser disponibilizadas as licitações realizadas e em andamento, bem como todos os contratos firmados.
- 62** Devem ser publicadas no site eletrônico *web* todas as notas de empenho emitidas.
- 63** As informações não poderão ser disponibilizadas por meio de redirecionamento de página na Internet, devendo estar integralmente em aba específica no site eletrônico *web* do órgão ou entidade.
- 64** As informações acerca da execução orçamentária dizem respeito a dados sensíveis para a segurança nacional e não devem estar disponíveis, diferentemente das informações financeiras, que devem estar disponíveis de modo detalhado.
- 65** A publicação detalhada da remuneração referente à participação em conselhos de administração ou fiscais de empresas estatais e entidades controladas estão abrangidos pelas regras de transparência ativa.

A Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), exprime uma perspectiva mais ampla no que diz respeito a sua aplicação, para além de conceitos clássicos como a mera territorialidade ou mesmo o domicílio. Com base nessa informação e acerca das regras de aplicação da LGPD, julgue os itens seguintes.

- 66** Estando o titular dos dados no território nacional, no momento da coleta, só haverá incidência da LGPD se a empresa que colheu os dados for brasileira ou se o objetivo for o oferecimento de serviço no Brasil.
- 67** A LGPD aplica-se até mesmo para dados colhidos em formulários físicos preenchidos a caneta.
- 68** A LGPD não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado com finalidades puramente artísticas.
- 69** Em atenção ao princípio constitucional da transparência, a LGPD não se aplica às entidades da Administração Pública.
- 70** A LGPD só se aplica à administração pública indireta de direito privado, ou seja, empresas públicas sujeitas à concorrência com entidades do setor privado.



RASCUNHO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Em um contexto científico, os critérios têm a função de orientar as classificações, sentido este que é aplicável ao direito constitucional, com a finalidade de se conhecer melhor aspectos gerais da elaboração de textos constitucionais. A partir dessa informação e acerca das classificações e do conteúdo da Constituição Federal de 1988, julgue os itens a seguir.

- 71** A Constituição Federal de 1988 se classifica, quanto ao seu conteúdo, em constituição formal, já que trata apenas de matéria tipicamente constitucional.
- 72** A Constituição Federal de 1988 é do tipo escrita e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias não pertencente ao articulado constitucional.
- 73** Embora reflita o conjunto de valores e objetivos do povo brasileiro, não se pode considerar a Constituição Federal de 1988 uma constituição consuetudinária.
- 74** Até o final de 2025, a Constituição Federal de 1988 havia recebido 138 emendas constitucionais, o que significa que a Constituição brasileira é do tipo histórica e também flexível.
- 75** A Constituição Federal de 1988 é quanto à origem e ao modo de elaboração do tipo promulgada e dogmática, respectivamente.

Acerca da aplicação dos direitos constitucionais fundamentais às pessoas estrangeiras, em consonância com o texto da Constituição Federal de 1988, julgue os itens seguintes.

- 76** A inviolabilidade dos direitos fundamentais é inerente à nacionalidade brasileira, não se estendendo aos estrangeiros.
- 77** Quando a lei pessoal da pessoa de cuja sucessão se tratar não lhes for mais favorável, a sucessão dos bens de estrangeiros, desde que localizados no País, será regida pela legislação brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros.
- 78** A universalidade dos direitos fundamentais leva o intérprete a ampliar seu alcance, permitindo excluir estrangeiros não residentes no Brasil somente quando a Constituição Federal de 1988 estipular expressamente.
- 79** O crime de natureza política ou mesmo de opinião não admite a extradição de estrangeiro.
- 80** O estrangeiro, desde que se naturalize brasileiro, poderá ser da carreira diplomática ou oficial das Forças Armadas.

De acordo com Cordeiro (2013), embora da Constituição se possa extrair o dever inadiável do Estado de prover, a quem não pode por si, as prestações materiais essenciais à vida digna, cabe ao legislador definir quais são essas prestações, seu valor e a forma de execução. Com base nessa informação, bem como das regras constitucionais acerca dos direitos sociais, julgue os itens a seguir.

- 81** O vínculo empregatício por sua natureza contratual não é regido pela Constituição Federal de 1988, podendo as partes negociarem livremente, desde que não violem os direitos fundamentais individuais.
- 82** O direito a ser alimentado está consagrado na Constituição Federal de 1988 como inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na carta política.
- 83** São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos tanto 13º salário quanto que a duração do trabalho não seja superior a 8 horas diárias e 44 horas semanais.
- 84** Em empresas que empreguem mais de 200 pessoas, assegura-se a eleição de um representante dentre elas, destinado exclusivamente a facilitar o diálogo direto com os empregadores.
- 85** A Constituição Federal de 1988 assegura o direito ao aviso prévio, para proteger o trabalhador da perda repentina de trabalho, pelo prazo de 30 dias.

A respeito das regras constitucionais, no que concerne à organização, mandato e à competência dos poderes, bem como das prerrogativas e das proibições dos seus titulares, julgue os itens seguintes.

- 86** O texto da Constituição Federal de 1988 estabelece que tanto o deputado federal quanto os senadores serão invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos, o que se estende, de modo idêntico, aos vereadores e deputados estaduais.
- 87** O mandato do presidente da República é de quatro anos e terá início em 1º de janeiro do ano seguinte ao de sua eleição.
- 88** Aos juízes togados é proibido constitucionalmente dedicar-se à atividade político-partidária, receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processo e, na forma definida em lei, receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas.
- 89** A realização de operações externas de natureza financeira realizada por qualquer município prescinde de autorização do Senado Federal.

Julgue os itens a seguir, acerca da adequação do regime jurídico e de suas características, aos órgãos ou às entidades da Administração Pública.

- 90** Os Conselhos de Fiscalização Profissional têm natureza autárquica, com regime jurídico idêntico ao das agências reguladoras, já que atuam fiscalizando setores específicos da atividade econômica.
- 91** Uma delegacia de Polícia Civil é um órgão da estrutura interna da corporação, que por sua vez, integra a Administração Direta de estado-membro ou do Distrito Federal.
- 92** Os órgãos do Poder Legislativo, embora possuam unidades jurídicas em sua estrutura administrativa para atuarem na defesa de suas prerrogativas em juízo, serão representados judicialmente pelas respectivas procuradorias do ente federativo.
- 93** As anuidades dos Conselhos de Classe são espécie tributária, dada a natureza autárquica destas entidades, não podendo haver lei que autorize-as a fixar ou aumentar, sem parâmetro legal, o valor das anuidades ou atualizá-las acima dos índices legais.
- 94** O regime jurídico das empresas públicas e das sociedades de economia mista, por ser administrativo, inclui todos os privilégios processuais aplicáveis às fazendas públicas.
- 95** As subsidiárias das empresas públicas derogam o regime jurídico administrativo, sendo tratadas pelo ordenamento jurídico como empresa privada, ainda que sejam controladas pelo Poder Público.

Um gestor da área de infraestrutura do Conselho Regional de Farmácia do Distrito Federal, desejou realizar uma reforma da sede, para adequação de *layout* e modernização de instalações, com a intenção de acomodar melhor os novos concursados da entidade. Ao avaliar o custo estimado da obra, devidamente caracterizada como serviço comum de engenharia, chegou ao valor de 150 mil reais.

Com base nessa situação hipotética e nas normas da Lei nº 14.133/2021, julgue os itens seguintes.

- 96** A contratação deverá ser realizada por meio de licitação, na modalidade pregão.
- 97** A contratação deverá ser realizada, obrigatoriamente, por meio de concorrência, pelo critério de técnica e preço.
- 98** O valor estimado da licitação admite a contratação direta, por meio de dispensa de licitação, devido ao valor estar dentro do limite legal para obras e serviços de engenharia.
- 99** O edital da licitação poderá estabelecer que a fase de habilitação seja anterior à fase de apresentação de propostas e lances, mediante motivação que explicita os benefícios.
- 100** A licitação deverá prever habilitação econômico-financeira, admitindo-se que as demonstrações contábeis da empresa expressem valor mínimo de faturamento anterior, compatível com o porte da obra.

O regime jurídico contratual estabelecido pela Lei nº 14.133/2021 atribui à Administração, no âmbito desses contratos, a prerrogativa de alterá-los unilateralmente para melhor adequação ao interesse público – observados os direitos do contratado – e de rescindi-los unilateralmente nas hipóteses previstas na própria Lei. A partir dessa informação, julgue os itens a seguir.

- 101** A concordância do contratado é imperativa para que as cláusulas econômico-financeiras e as monetárias dos contratos administrativos possam ser alteradas.
- 102** A extinção do contrato torna impossível o reconhecimento de desequilíbrio econômico-financeiro, devendo a questão ser decidida pelo Poder Judiciário.
- 103** Para serviços ou compras, o contratado é obrigado a aceitar acréscimos ou supressões de até 25% do valor inicial atualizado do contrato.
- 104** Para reforma de edifício o limite para alteração quantitativa, de modo unilateral pela administração, será de 50%.

O art. 98 do Código Civil estabelece que pertencem ao domínio público os bens das pessoas jurídicas de direito público interno e que, portanto, todos os demais bens são particulares, qualquer que seja seu proprietário, com as particularidades estabelecidas na legislação especial. Com base nessa informação e nas normas aplicáveis a cada caso, julgue os itens seguintes.

- 105** Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, ao menos enquanto mantiverem essa qualificação, ao passo que os bens públicos dominicais admitem a alienação.
- 106** É possível a prescrição aquisitiva em relação a bens de empresas públicas, ainda que sujeitos à destinação pública.
- 107** São bens públicos os bens das sociedades de economia mista prestadoras de serviço público próprio do Estado e de natureza não concorrencial, razão pela qual submetem-se ao regime dos precatórios.
- 108** São considerados bens de uso comum do povo os hospitais e as escolas públicas.
- 109** A legislação civil não considera benfeitoria a que não foi originada da intervenção do proprietário, possuidor ou detentor.

Um pequeno pecuarista realizou um negócio jurídico em que se comprometeu a entregar dez bois em troca de cinco toneladas de milho com um agricultor, que tem uma chácara vizinha à sua, mas sem maiores formalidades. A troca deverá ocorrer no dia 31/12/2026 e o termo prevê o pagamento em espécie como alternativa, a critério do devedor. Ocorre que uma praga atingiu a chácara do produtor de milho e ele, então, considera não realizar o cumprimento da obrigação.

Com base nesse caso hipotético e no que estabelece a legislação civil e a processual civil, julgue os itens a seguir.

- 110** Pragas em plantações são, normalmente, consideradas riscos inerentes à atividade agrícola, não autorizando o inadimplemento automático da obrigação.

- 111** O pecuarista poderá recusar-se à prestação que lhe incumbe, até que o agricultor satisfaça a que lhe compete ou dê garantia bastante de que irá satisfazê-la.
- 112** Eventual ação para cobrança da dívida líquida prescreve em cinco anos, a contar do dia seguinte ao vencimento da obrigação, aplicando-se ao caso, o Código de Defesa do Consumidor.
- 113** Ao avaliar cumprir a obrigação, o agricultor deve considerar que poderá ser condenado judicialmente em perdas e danos, juros, atualização monetária, embora eventuais honorários de advogado serão arbitrados por equidade, já que a ação não teria valor econômico.

De acordo com Cleanto Siqueira (2008), a sentença é ato que carrega em si, em potência, a eficácia de extinguir a relação processual. Ela, sentença, por ela mesma, não tem esse condão; somente a coisa julgada que dela vier, no futuro, a eclodir trará consigo a força de pôr fim à relação processual. A partir dessa informação e das regras estabelecidas no Código de Processo Civil, julgue os itens seguintes.

- 114** Em hipótese alguma poderá o magistrado alterar, de ofício, a sentença, após a sua publicação.
- 115** O recurso subordinado não será conhecido, se houver desistência do recurso principal ou se for ele considerado inadmissível, podendo aderir tanto ao recurso de apelação, quanto aos recursos extraordinário e especial.
- 116** Os embargos de declaração serão opostos contra qualquer decisão judicial, no prazo de cinco dias, apontando-se o erro, obscuridade, contradição ou omissão, acompanhado da guia de pagamento do preparo, quando for oposto contra sentença.
- 117** Ao receber o recurso de apelação contra sentença de mérito pela improcedência da ação, o relator poderá decidir monocraticamente, negando provimento ao recurso quando o mesmo for contrário à súmula do próprio tribunal.

No que diz respeito aos recursos no processo trabalhista, julgue os itens a seguir.

- 118** Cabe agravo de petição de despacho que denega a interposição de recursos ou das decisões do juiz ou presidente, nas execuções, no prazo de oito dias úteis.
- 119** O *jus postulandi* das partes na Justiça do Trabalho não alcança os recursos.
- 120** Cabe recurso de revista contra decisão interlocutória de Tribunal Regional do Trabalho, quando esta for contrária à Súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho.



RASCUNHO

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno de prova. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva **folha de respostas** da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- O texto da prova discursiva deverá ter extensão mínima de **20 linhas** e extensão máxima de **30 linhas**. Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na **folha de respostas**.
- O texto da prova discursiva deverá ter início na linha identificada com o número 1 na **folha de respostas**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- A **folha de respostas** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de respostas** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno de prova é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

O STF iniciou em 1/10/2025 o julgamento de ações que discutem se motoristas e entregadores de plataformas digitais têm vínculo empregatício com as empresas que administram os aplicativos. Trata-se do tema 1291, com repercussão geral, que deverá balizar toda interpretação das normas trabalhistas brasileiras que tratam das diferenças jurídicas entre as relações de trabalho e as relações de emprego.

Agência STF – 1/10/2025 (com adaptações).

Considerando que o texto acima tenha caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

A relação de emprego no ordenamento jurídico

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) importância do trabalho formal;
- b) relações de trabalho no ordenamento jurídico; e
- c) requisitos legais para o reconhecimento da relação de emprego.